

21/10/2008

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 94.670-4 RIO GRANDE DO NORTE

RELATORA	: MIN. CÁRMEN LÚCIA
PACIENTE(S)	: RUI TONELLI
PACIENTE(S)	: PEDRO TONELLI JÚNIOR OU PEDRO TONELLI FILHO
PACIENTE(S)	: SÉRGIO QUARESMA
PACIENTE(S)	: IDERVAL DUARTE DE MEDEIROS JÚNIOR
PACIENTE(S)	: LUIZ FERNANDO RODRIGUES DE ARAÚJO
IMPETRANTE(S)	: BRUNO MACEDO DANTAS
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIME SOCIETÁRIO. NÃO HÁ FALAR EM INÉPCIA DA DENÚNCIA QUANDO ESTÁ SUFICIENTEMENTE INDICADA A RESPONSABILIDADE DOS DENUNCIADOS PELA CONDUÇÃO DA SOCIEDADE E ESTA CONDIÇÃO NÃO FOI AFASTADA, DE PLANO, PELO ATO CONSTITUTIVO DA PESSOA JURÍDICA.

1. Embora a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal se encaminhe no sentido de que, em relação aos delitos societários, a denúncia deve conter, ainda que minimamente, a descrição individualizada da conduta supostamente praticada por cada um dos denunciados, a observância do que disposto no artigo 41 do Código de Processo Penal deve ser examinada caso a caso, sendo também deste Supremo Tribunal a orientação segundo a qual é suficiente para a aptidão da denúncia por crimes societários a indicação de que os denunciados seriam responsáveis, de algum modo, na condução da sociedade, e que esse fato não fosse, de plano, infirmado pelo ato constitutivo da pessoa jurídica.

2. No caso em pauta, apesar da denúncia descrever as condutas com algum grau de generalidade, não se pode tê-la como genérica, a ponto de se tornar inaceitável para os fins do dever do Estado de investigar e punir, se for o caso como acabou se configurando - os responsáveis pelas práticas, pois os fatos foram descritos levando-se em consideração serem os Pacientes sócios da sociedade, sem indicação de que alguns deles não estivessem, ao tempo dos fatos, desempenhando as funções de administração.

3. Ordem denegada.



HC 94.670 / RN

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Primeira Turma, sob a Presidência do Ministro Marco Aurélio, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, **em indeferir o pedido de habeas corpus**, nos termos do voto da Relatora. Vencido o Ministro Marco Aurélio.

Brasília, 21 de outubro de 2008.

~~Ministra do Supremo Tribunal Federal~~
Ministra **CÁRMEN LÚCIA** - Relatora

21/10/2008

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 94.670-4 RIO GRANDE DO NORTE

RELATORA	: MIN. CÁRMEN LÚCIA
PACIENTE(S)	: RUI TONELLI
PACIENTE(S)	: PEDRO TONELLI JÚNIOR OU PEDRO TONELLI FILHO
PACIENTE(S)	: SÉRGIO QUARESMA
PACIENTE(S)	: IDERVAL DUARTE DE MEDEIROS JÚNIOR
PACIENTE(S)	: LUIZ FERNANDO RODRIGUES DE ARAÚJO
IMPETRANTE(S)	: BRUNO MACEDO DANTAS
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

R E L A T Ó R I O**A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - (Relatora):**

1. *Habeas Corpus*, com pedido de liminar, impetrado pelo advogado BRUNO MACEDO DANTAS em favor de RUI TONELLI, PEDRO TONELLI JÚNIOR, SÉRGIO QUARESMA, IDERVAL DUARTE DE MEDEIROS JÚNIOR e LUIZ FERNANDO RODRIGUES DE ARAÚJO, contra acórdão da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que, em 6 de março de 2008, negou provimento ao Agravo Regimental no *Habeas Corpus* n. 93.316, mantendo, assim, a decisão da eminente Ministra Jane Silva, que havia negado seguimento àquela impetração (fls. 50-55).

2. Tem-se, nos autos, que, em 5 de fevereiro de 2005, os Pacientes foram denunciados pela suposta infração do art. 7º, inc. VII, da Lei n. 9.137/90 (fls. 13-19).

3. Contra o recebimento da denúncia foi impetrado *habeas corpus* no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, que denegou a ordem (fls. 21-26).

4. Impetrou-se então novo *habeas corpus*, desta vez no Superior Tribunal de Justiça, sobrevivendo a decisão objeto da presente impetração, cujo teor é o seguinte: *h*

HC 94.670 / RN

"PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. INÉPCIA DA DENÚNCIA. DENÚNCIA GERAL. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO.

1. É geral, e não genérica, a denúncia que atribui a mesma conduta a todos os denunciados, desde que seja impossível a delimitação dos atos praticados pelos envolvidos, isoladamente, e haja indícios de acordo de vontades para o mesmo fim.
2. Decisão sustentada.
3. Negado provimento ao recurso" (fl. 54).

5. No presente *habeas corpus*, o Impetrante reitera a alegação de inépcia da denúncia, sustentando que: a) "mesmo nos chamados crimes societários, o Ministério Público deve, ao formular a denúncia, estabelecer um vínculo mínimo entre o denunciado e a empreitada criminosa a ele imputada" (fl. 6); b) na espécie vertente, não teria sido individualizada a conduta de cada Paciente; c) que os denunciados foram denunciados "apenas porque eram sócios da empresa EPS Administradora Ltda. - Telebinguinho" (fl. 8); d) que "não se pode atribuir o dolo solidariamente a todos os sócios", pois não seria admissível a responsabilização objetiva; e e) que "nem mesmo a condição de administrador, ostentada por alguns dos Pacientes, desobriga o Ministério Público a expor, de modo suficiente e adequado, a conduta atribuível a cada um dos agentes, de modo a que seja possível identificar o papel desempenhado pelos Acusados na estrutura jurídico-administrativa da empresa" (fl. 9).

6. Invoca dois precedentes deste Supremo Tribunal (*Habeas Corpus* ns. 85.327, Rel. Ministro Gilmar Mendes, DJ 20.10.2006; e Recurso Ordinário em *Habeas Corpus* n. 85.658, Rel. Ministro Cezar Peluso, DJ 12.9.2005) e conclui que pela necessidade de trancamento da ação penal por inépcia da denúncia.

7. Ressaltam, por fim, que os "três primeiros Pacientes ainda não foram interrogados, à falta de expedição da respectiva carta precatória" (fl. 12). *l*

HC 94.670 / RN

8. Impetrante pede a concessão da ordem para que se "tranque a ação penal promovida em desfavor dos Pacientes" (fl. 12).

9. Indeferi a liminar, por causa da deficiente instrução do pedido e a ausência de iminência de constrangimento à liberdade de locomoção (fls. 59-66).

10. O Juízo local informou que, em 17 de abril de 2008, o processo principal foi suspenso com relação aos Pacientes Iderval Duarte de Medeiros Júnior e Luiz Fernando Rodrigues de Araújo, pelo período de dois anos, nos termos do art. 89 da Lei n. 9.099/95.

Informou, ainda, que foi determinada a expedição de cartas precatórias para que os Pacientes que residem em comarca diversa, Rui Tonelli, Pedro Tonelli Filho e Sérgio Quaresma, também pudessem se manifestar sobre a proposta de suspensão do processo (fls. 74-75).

11. Os Impetrantes, depois de intimados para tal fim, apresentaram a cópia do ato constitutivo e aditivos da empresa (fls. 79-98), sendo os autos remetidos à Procuradoria-Geral da República, que, em 19 de agosto de 2008, opinou pela denegação da ordem, verbis:

"HABEAS CORPUS. CRIME CONTRA AS RELAÇÕES DE CONSUMO. PRESENÇA DE DESCRIÇÃO MÍNIMA NECESSÁRIA DO NEXO ENTRE A CONDUTA E O RESULTADO ILÍCITO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA NÃO EVIDENCIADA DE PLANO. TRANCAMENTO DESAUTORIZADO.

- Em se tratando de crime societário, é inviável o trancamento da ação penal quando a conduta descrita na denúncia configura, em tese, fato tipificado como crime. Atendendo a peça acusatória a finalidade de possibilitar a aplicação da lei penal e permitir a ampla defesa do acusado, não há que se falar em sua inépcia. Precedentes do Supremo Tribunal Federal.

- Parecer pela denegação da ordem" (fls. 100-107).

12. É o relatório.

HC 94.670 / RN

V O T O**A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - (Relatora):****1. Tem-se na denúncia oferecida contra os Pacientes:**

"1. A partir de meados de abril de 1996, a empresa EPS ADMINISTRADORA LTDA - TELEBINGUINHO, da qual são sócios os denunciados acima declinados, em associação com o ABC FUTEBOL CLUBE, começou a operar no Estado do Rio Grande do Norte a modalidade de bingo denominada TELEBINGUINHO, com sorteios realizados todas as segundas-feiras, às 12 horas da manhã.

2. De acordo com o regulamento do bingo (p. 128), em cada sorteio seriam extraídas cinco bolas, entre as dezenas de 1 a 30, sendo contempladas todas as cartelas que acertasse cinco, quatro ou três números, assim como as cartelas das quais não constassem nenhuma das cinco dezenas. Nesse último caso, o prêmio era denominado de azarão.

3. O sr. Derly do Nascimento Silva, ao ler com atenção o regulamento, constatou que poderia auferir uma renda razoável, uma vez que as chances de ganhar o prêmio azarão, no seu entender, eram grandes.

4. Todavia, após seguidos sorteios, e mesmo depois de aumentar o número de cartelas adquiridas, continuou sem lograr êxito algum. Diante disso, resolveu estudar as cartelas compradas, tendo, a partir de então, concluído que as cartelas estavam sendo manipuladas.

5. Chegou a tal ilação uma vez que conseguia descobrir com antecedência, de posse de apenas 35 cartelas, quais seriam os números sorteados, partindo de simples fórmula, a qual esta registrada na reclamação ofertada junto à Procuradoria de Justiça de Defesa do Consumidor (fl. 100-101).

6. Com efeito, o Sr. Derly conseguiu prever todos os sorteios a que se propôs, conforme atestam os documentos de fls. 100.102, 103-104, 159-160, exceção feita ao sorteio,

HC 94.670 / RN

realizado no dia 8 de junho de 1998 (fl. 105-106). Nessa data, o número de acertadores do prêmio azarão aumentou extraordinariamente, porquanto, segundo alegaram os diretores da empresa referida, teria sucedido erro no computador. Anteriormente a esse engano, a maioria dos ganhadores desse prêmio por semana variava entre 63 e 117. No dia do erro, o número de acertadores passou para 2.621. Considerando que, segundo afirma-se, o número de cartelas vendidas por semana era de 5.000, observa-se que a média de ganhadores, que variava de 1.2 a 1.7%, passou para mais de 50%.

7. O método utilizado, como se pode observar do documento referido, é simples e, em síntese, pode ser assim descrito: a) de posse de certo número de cartelas (no caso 35), procurando-se os quatro último repetidos com maior frequência, pois que estes serão os quatro números sorteados; b) o quinto número é obtido por eliminação, sendo que, geralmente, esse número está entre os sete números que saíram com maior frequência; c) como os quatro números mais frequentes perfazem a quadra referida, restam somente três possíveis números.

8. O procedimento efetuado pelos **denunciados** para conseguir tal feito também se reveste de simplicidade: faz-se o sorteio antecipadamente; em seguida comunicam-se os números sorteados ao setor de impressão de cartelas que, por meio dos bancos de dados do computador, imprime as cartelas contendo os números sorteados por determinados lotes, fazendo com que cada número sorteado elimine uma quantidade de cartelas. Por exemplo, se os números sorteados forem 01 - 02 - 03 - 04 - 05, cada lote de cartelas conterá o número 01 - 1.000 lotes/ 02 - 1.000 lotes/ 03 - 1.000 lotes/ 4 - 1.000 etc.

9. O evidente efeito dessa manipulação é o fato de que dessa forma elimina-se o prêmio azarão. É que esses números sorteados, por estarem presentes em praticamente todas as cartelas, eliminam quase que por completo a possibilidade de se adquirir uma cartela que não tenha nenhum número sorteado.

HC 94.670 / RN

10. A fraude, já deveras evidenciada, ganha contornos mais bem nítidos ao observarmos as estatísticas de probabilidade de ganho. Conforme acima referido, **o número de ganhadores do prêmio azarão por semana oscilava entre 63 e 117**. Segundo métodos estatísticos, esse número deveria ser bem maior, para ser mais exato, algo em torno de 1.850. A esse número chegamos baseado nas respostas de dois Professores de Matemática da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, nomeados por este órgão ministerial. Segundo esses estudiosos, o número esperado de ganhadores do prêmio azarão é de 0,37 multiplicado pelo número de cartelas vendidas. Considerando que o número declarado de cartelas vendidas era de 5.000 o **total de ganhadores é de 1850**.

11. No mesmo sentido, o Sr. Wladimir Gonçalves Freitas, Analista de Sistema que prestava serviços a EPS ADMINISTRADORA DE EVENTOS LTDA, no depoimento de fls. 96/97, afirmou que a probabilidade de acertar o prêmio azarão é de 30 a 35%.

12. Para corroborar as evidências até então identificadas, o Ministério Público solicitou parecer de uma Analista de Sistemas da Subsecretaria de Informática do Estado, tendo, para tanto, apresentado-lhes as 41 cartelas do sorteio do dia 15 de junho, bem como aproximadamente 100 cartelas do sorteio do dia **18 de junho** de 1998. Após explicar-lhe a situação, foi questionado sobre se aquelas cartelas eram geradas aleatoriamente, sendo que, de imediato, o mesmo respondeu que não, tendo afirmado que achava muito estranho as coincidências e o fato de que aqueles números que saem com frequência eliminarem todas as cartelas, tendo, em consequência, dado o seguinte parecer:

'Em vista do exposto e sendo a escolha dos números feita de forma aleatória, tal fato não deveria ocorrer, pois deveria havia uma distribuição mais homogênea de repetições, sugerindo que pode ter havido manipulação de dados, sendo isto possível a nível de programação de computador, já que foi afirmado que csc

HC 94.670 / RN

sorteios eram realizados antes da apuração do resultado.

Conclui-se que antes de ser divulgado o resultado já se podia dizer quais seriam os números sorteados, quatro com certeza, ficando a dúvida em relação ao quinto número.'

13. Quanto à possibilidade de manipulação do programa, dúvidas não há, como deixam claro os seguinte excertos dos depoimentos prestados respectivamente pelo Programador da EPS ADMINISTRADORA DE EVENTOS LTDA, Francisco Sérgio Figueiredo de Moura (98/99), e por Wladimir Gonçalves Freitas (fl. 93), Analista de Sistema que presta serviços a EPS ADMINISTRADORA DE EVENTOS LTDA (...).

14. Outro ponto que deve ser analisado é o valor antecipado dado aos prêmios, principalmente ao azarão. Ora, se o valor é rateado, como os diretores podiam divulgar com antecedência os valores. É público e notório, principalmente com relação ao prêmio 'AZARÃO', e qualquer pessoa sabe disso, que os valores pagos pelo TELEBINGUINHO aos ganhadores eram: Bingo 5.000; Quadra 150,00; terno 50,00 e azarão 20,00.

15. Uma outra polêmica que surgiu em torno do bingo ocorreu quando da realização do sorteio anômalo. Diversos consumidores registraram que a empresa prometera pagar o valor de R\$ 20,00 (vinte reais) por cartela para os ganhadores do prêmio azarão. No entanto, na hora de cumprir o prometido, informaram que não pagariam a quantia anunciada, mas um valor menor (boletins de ocorrência às fls. 5-8).

16. Conformam a escusa e a percepção de indícios de fraude o depoimento prestado pelo Sr. Joel Basílio da Silva, VENDEDOR DO TELEBINGUINHO (...).

[segue a transcrição de outros dois depoimentos]

(...)

19. Diante de todo o exposto, e com base no acervo probatório colhido na fase investigatória, está claro e evidente que os denunciados faziam os sorteios com antecedência: obtinham o

HC 94.670 / RN

resultado e só a partir daí confeccionavam as cartelas. Não existe outro modo de explicar todas as 'coincidências' relatadas - devidamente esmiuçadas na peça inicial que instruiu a ação civil pública que tiveram contra si instaurada (fl. 09/62).

(...)

Ao praticarem tais condutas, os denunciados incorreram nas penas do art. 7º, inciso VII, da Lei 8.137/90, que assim está grafado:

'Constitui crime contra as relações de consumo:

(...)

VII - induzir o consumidor ou usuário a erro, por via de indicação ou afirmação falsa ou enganosa sobre a natureza, a qualidade de bem ou serviço, utilizando-se de qualquer meio, inclusive a veiculação ou divulgação publicitária.'

20. De fato, com a ampla divulgação dada ao evento fraudulento, tendo sido difundido quase que diariamente nos meios de comunicação, especialmente na TV PONTA NEGRA, milhares de consumidores norte-riograndenses foram induzidos a erro, por meio de afirmação falsa e enganosa, o que faz incidir a norma penal incriminadora destacada e torna premente a responsabilização penal dos denunciados.

21. Diante do exposto, requer este Órgão Ministerial seja recebida a presente denúncia em todos os seus termos, citando-se os denunciados para interrogatório, bem como os intimando para os demais atos da instrução até final julgamento, para ao final serem condenados como incurso nas penas cominadas no art. 7º, inciso VII, da Lei n. 8.137/90.

(...)” (fls. 13-19 - grifos no original).

2. A jurisprudência deste Supremo Tribunal parece se encaminhar, cada vez mais, no sentido de reconhecer, mesmo em relação aos delitos societários, que a denúncia deve conter, ainda que minimamente, a,

HC 94.670 / RN

descrição individualizada da conduta supostamente praticada por cada um dos denunciados.

Já se chegou a considerar, inclusive, não ser possível, nos crimes societários, a mera invocação na denúncia de que os denunciados constam do "quadro societário da empresa".

Entretanto, é certo que o atendimento, ou não, do art. 41 do Código de Processo Penal, há que ser analisado caso a caso.

A questão parece ter sido bem equacionada no julgamento do *Habeas Corpus* n. 85.549, Rel. Ministro Sepúlveda Pertence, DJ 14.10.2005, no qual esta Primeira Turma entendeu ser suficiente para a aptidão da denúncia por crimes societários a indicação de que os denunciados seriam responsáveis, de algum modo, na condução da sociedade, e que esse fato não fosse, de plano, infirmado pelo ato constitutivo da pessoa jurídica.

Tem-se no voto-condutor do julgado, da lavra do eminente Ministro Sepúlveda Pertence:

"(...)

Conforme asseverei no HC 81.828, 1ª T., 'a dificuldade da apuração de certos fatos - cujo exemplo mais eloquente são os chamados delitos societários - não basta a elidir a garantia constitucional da personalidade da responsabilidade penal'

Na oportunidade, contudo, ressaltei que os temperamentos ao princípio ortodoxo de individualização da conduta de cada denunciado devem ser analisados caso a caso.

Aqui, a condição de gestores da empresa no período da prática dos fatos delituosos basta a fundar a imputação inicial a eles feitas de co-responsáveis pelas infrações.

Não se trata de fazer concessão à responsabilidade penal objetiva nos crimes societários: cuida-se, apenas, de admitir que, conforme ressaltou o acórdão impugnado ao acolher o parecer do MPF, a circunstância de terem sido os pacientes,

HC 94.670 / RN

denunciados na condição de dirigentes da empresa, aos quais cabe, a princípio, tomar as decisões a ela pertinentes, 'há de ser tida ao menos como indício veemente de autoria' (f. 64). Nesse sentido o HC 85.579, 2ª T., 24.5.05, **Gilmar**, DJ 24.6.05, quando se assentou que - na linha da jurisprudência dominante do Tribunal (Cf. HHCC 84.663, 2ª T., 23.11.04, **Barbosa**, DJ 18.02.05; 82.242, 2ª T., 17.9.02, **Gilmar**, DJ 11.10.02; 73.903, **Rezek**, DJ de 25.4.97; 74.791, **Ilmar**, DJ 9.5.97; RHC 65.369, **Moreira**, DJ de 27.10.87; RHC 59.857, **Firmino Paz**, DJ de 10.12.82, entre outros) -, tratando-se de crimes societários em que não se verifica, de plano, que 'as responsabilidades de cada um dos sócios ou gerentes são diferenciadas, em razão do próprio contrato social relativo ao registro da pessoa jurídica envolvida', não há inépcia da denúncia pela ausência de indicação individualizada da conduta de cada indiciado, sendo suficiente a de que 'os acusados sejam de algum modo responsáveis pela condução da sociedade sob a qual foram supostamente praticados os delitos'.

(...)” (grifos no original).

Fundamentação idêntica foi invocada, posteriormente, no julgamento do Habeas Corpus n. 89.985, também de Relatoria do eminente Ministro Sepúlveda Pertence, DJ 19.12.2006¹.

O julgado foi assim sintetizado:

“(...) Omissão de recolhimento de contribuições previdenciárias descontadas de empregados: denúncia: aptidão. Tratando-se de crimes societários em que não se verifica, de plano, que “as responsabilidades de cada um dos sócios ou gerentes são diferenciadas, em razão do próprio contrato social relativo ao registro da pessoa jurídica envolvida”, não há inépcia da denúncia pela ausência de indicação individualizada da conduta de cada indiciado, sendo suficiente a de que “os acusados sejam de algum modo responsáveis pela condução da sociedade sob a qual foram supostamente praticados os delitos” (HC 85.579, 2ª T., 24.5.05, **Gilmar**, DJ 24.6.05). A condição de gestores da empresa, nos sucessivos períodos da prática dos fatos delituosos, basta a fundar a imputação inicial feita a cada um dos pacientes, não se prestando o habeas corpus a verificação do efetivo exercício da gestão, no período em que por elas responsáveis os denunciados”.

HC 94.670 / RN

3. Na mesma linha, dando relevo à indicação, na denúncia, de que os denunciados teriam participação na gestão da empresa, o Habeas Corpus n. 86.362, Rel. Ministro Carlos Britto, DJ 7.12.2007, verbis:

EMENTA: HABEAS CORPUS. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA. INEXISTÊNCIA. PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP. PRECEDENTES. FALTA DE JUSTA CAUSA DA AÇÃO PENAL. 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem exigido a descrição, ainda que mínima, da participação de cada um dos acusados nos chamados crimes societários. Isso para possibilitar o adequado exercício do direito de defesa. HC 80.549, Relator o Ministro Nelson Jobim. 2. No caso, a peça inicial acusatória atende aos requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal, sem incidir nas hipóteses de rejeição que se lê no art. 43 do mesmo diploma, porquanto descreve a conduta tida por delituosa, indica o momento em que ela teria ocorrido e individualiza, no tempo, a responsabilidade dos sócios na gestão da empresa. Precedentes: HC 84.889, Relator o Ministro Marco Aurélio; e HC 87.174, deste relator. 3. O trancamento da ação penal pressupõe demonstração, de plano, da ausência de justa causa para a ação penal. 4. Habeas corpus indeferido”.

4. Já quanto à existência de documentação que demonstre, de plano, que os denunciados não teriam poder de gestão, mencione-se, por exemplo, o Habeas Corpus n. 88.600, Relator Ministro Ricardo Lewandowski, DJ 9.3.2007.

5. No caso em pauta, a denúncia não individualiza, realmente, com os detalhes que seriam desejáveis para o perfeito equacionamento de todas as condutas dos denunciados.

Mas parece dotada de razão a eminente Ministra Jane Silva ao expor que as condutas foram imputadas com algum grau de generalidade, mas não se pode tê-la como genérica, a ponto de se tornar inaceitável para os fins do dever do Estado de investigar e punir, se for o caso - como acabou se configurando - os responsáveis pelas práticas.

HC 94.670 / RN

Os fatos são descritos levando-se em consideração serem os Pacientes sócios da sociedade, sem indicação de que alguns deles não estivessem, ao tempo dos fatos, desempenhando as funções de administração.

Tal como enfatizado no Parecer da Procuradoria Geral da República, há dados bastantes para se imputar aos Pacientes as práticas de que decorreram as infrações penais apuradas.

E tanto se mostra clara a condução dos fatos que dois dos Pacientes já até mesmo aceitaram a aplicação dos termos do art. 89 da Lei n. 9.099/95, como antes relatado.

6. Pelo exposto, **encaminho a votação no sentido de se denegar a ordem.**

É o meu voto. *lv*

21/10/2008

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 94.670-4 RIO GRANDE DO NORTE

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Não está em jogo a licitude da atividade desenvolvida, no que ligada a bingo. Discute-se, no caso, se a peça primeira da ação penal é harmônica ou não com o figurino instrumental próprio. Alude-se à exploração - segundo a imputação - mediante fraude, de jogo de azar por pessoa jurídica de direito privado. E simplesmente se disse que responsáveis seriam os sócios.

O Direito Penal não comporta a responsabilidade objetiva. Ela é sempre subjetiva, sempre pessoal. No caso, não podemos presumir na denúncia o que nela não se contém: a revelação da figura do sócio-gerente. Indispensável, a meu ver, seria que o Ministério Público apontasse a qualificação, de gestores, dos sócios. Isso não ocorreu.

Peço vênica à relatora e aos colegas que a acompanharam para conceder a ordem.



PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 94.670-4

PROCED.: RIO GRANDE DO NORTE

RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA

PACTE.(S): RUI TONELLI

PACTE.(S): PEDRO TONELLI JÚNIOR OU PEDRO TONELLI FILHO

PACTE.(S): SÉRGIO QUARESMA

PACTE.(S): IDERVAL DUARTE DE MEDEIROS JÚNIOR

PACTE.(S): LUIZ FERNANDO RODRIGUES DE ARAÚJO

IMPTE.(S): BRUNO MACEDO DANTAS

COATOR(A/S) (ES): SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Por maioria de votos, a Turma indeferiu o pedido de **habeas corpus**; vencido o Ministro Marco Aurélio, Presidente. 1ª Turma, 21.10.2008.

Presidência do Ministro Marco Aurélio. Presentes à Sessão os Ministros Carlos Britto, Ricardo Lewandowski, a Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Menezes Direito.

Subprocuradora-Geral da República, Dra. Ela Wiecko Volkmer de Castilho.


Ricardo Dias Duarte

p/ Coordenador